

:::INFORMATIVO:::

Seção de Divulgação Social - Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária de São Paulo - nº 42

MARÍLIA MUDA O FOCO E DÁ UM SALTO NA QUALIDADE



Lá, pode-se dizer, a morosidade não existe. Em agosto deste ano, a 11ª Subseção Judiciária possuía um acervo de 8994 processos em trâmite e os gabinetes das três varas - cumulativas - uns raros pendentes de sentença. Os processos, com poucas exceções, tem sido sentenciados no mesmo mês que dão entrada nos gabinetes; as secretarias trabalham com procedimentos operacionais padronizados e com metas de qualidade e de quantidade. O juiz coordenador toma decisões depois de submetê-las aos demais juízes, "para garantir a continuidade administrativa", diz Alexandre Sormane, atual coordenador do Fórum. Qual o segredo de Marília?

[leia mais pag.01 e 02](#)

RIBEIRÃO PRETO E CAMPINAS INAUGURAM VARAS ESPECIALIZADAS



A Justiça Federal do Estado de São Paulo vem despontando como um importante centro de combate ao crime de "lavagem de dinheiro" no país. Já são quatro as varas especializadas nesse tipo de matéria em toda a Seção Judiciária. Duas estão funcionando desde agosto de 2004 na Capital (2ª e 6ª Varas Criminais). Agora foi a vez de Ribeirão Preto e Campinas inaugurarem suas varas especializadas.

[leia mais na pag. 03](#)

NOVA TECNOLOGIA AUMENTA EM ATÉ OITO VEZES A VELOCIDADE DA REDE



Um contrato assinado com a Telefônica vai permitir que a velocidade das informações que circulam na rede da Justiça Federal de São Paulo aumente em até 800%. A ativação do novo sistema deve estar completa até janeiro do ano que vem e vai beneficiar todos os Fóruns e Juizados Especiais Federais do Estado.

[leia mais na pag. 04](#)

CAMPANHA SOLIDÁRIA ARRECADA 3,8 TONELADAS EM ALIMENTOS



A Campanha de Alimentos da Justiça Federal de São Paulo bateu novo recorde de arrecadação nesse ano. A soma dos alimentos doados nos fóruns da Capital e Interior atingiram duas toneladas. Acrescentando-se o que foi comprado com o dinheiro arrecadado na Capital (R\$ 2.224,30), calcula-se em 3,8 toneladas o total de alimentos que serão destinados a instituições beneficentes.

[leia mais na pag. 05](#)

VOCÊ É O LÍDER QUE SUA EQUIPE MERECE?



A Seção de Treinamento (SUTR) reuniu, no último dia 18 de novembro, 63 diretores da Capital e Interior, no Guararema Park Hotel, para um dia especial de apresentação da 2ª edição do Plano de Desenvolvimento Gerencial (PDG), com o tema "Você é o líder que sua equipe merece?"

[leia mais na pag. 06 e 07](#)

22º ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL

A Associação dos Juizes Federais do Brasil, AJUFE, comemorou seu 33º aniversário em São Paulo, com o 22º Encontro Nacional dos Juizes Federais do Brasil. Entre os dias 16 e 18 de novembro, cerca de 700 magistrados voltaram a se reunir na capital paulista, vinte e dois anos após o 1º Encontro Nacional, em 1983.

[leia mais na pag. 12 e 13](#)



E mais:

[pag 04](#)

- Capital e Interior recebem terminais de auto-atendimento mais modernos
- Prestação de Contas de Diárias: atenção servidores!
- Curso para "Desenvolvimento de Servidores" lota seis turmas em três dias
- Lembra das canetas devolvidas ao Almoarifado?

[pag 05](#)

- SUTR quer saber qual o melhor curso para o servidor
- Voluntariado na 3ª Região entra na reta final
- JEF/SP inaugura andar exclusivo para Turmas Recursais

[pag 08](#)

- Avaré promove a 1ª Semana de Estudos Jurídicos

[pag 09](#)

- Centro de Memória -entrevista com o juiz federal aposentado Antônio Maurício Cruz

[pag 10](#)

-Fórum de Debates: Limitar o número de recursos aumentará o risco de decisões incorretas?

[pag 11](#)

- Vídeo - Dogville
- Cinco metas para melhorar a cidade Jairo de Pádua Baraldi
- Publicações - Livros
- Feira Livre

MARÍLIA MUDA O FOCO E DÁ UM SALTO NA QUALIDADE

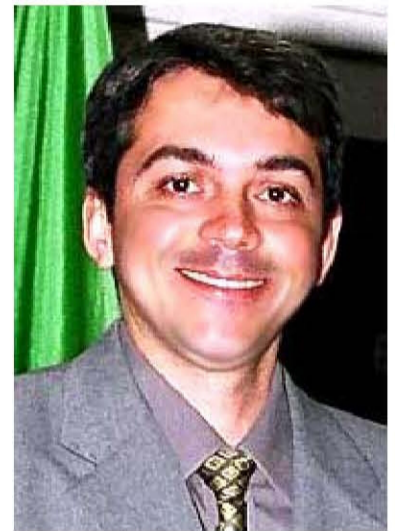


Lá, pode-se dizer, a morosidade não existe. Em agosto deste ano, a 11ª Subseção Judiciária possuía um acervo de 8994 processos em trâmite e os gabinetes das três varas - cumulativas - uns raros pendentes de sentença. Os processos, com poucas exceções, tem sido sentenciados no mesmo mês que dão entrada nos gabinetes; as secretarias trabalham com procedimentos operacionais padronizados e com metas de qualidade e de quantidade. O juiz coordenador toma decisões depois de submetê-las aos demais juízes, "para garantir a continuidade administrativa", diz Alexandre Sormane, atual coordenador do Fórum. Qual o segredo de Marília?

Juízes Federais titulares de Marília - Alexandre Sormani (Coordenador); Fernando David Fonseca Gonçalves (3ª Vara), Luiz Fernando Marins (2ª Vara); e abaixo o Juiz Substituto Fladimir Jerônimo Belinati Martins

Pensão e aposentadoria

A 11ª Subseção é constituída por três varas cumulativas cuja maior clientela está na área previdenciária, representada por pedidos de benefício assistencial - no valor de um salário mínimo, benefícios de aposentadoria e pensões; entre os processos criminais estão ações sobre o contrabando e descaminho, moeda falsa e, em menor número, crimes contra ordem tributária. Atualmente Marília conta com três juízes titulares (Alexandre Sormane/1ª Vara; Luiz Antonio Ribeiro Marins/2ª Vara e Fernando David Fonseca Gonçalves/3ª Vara) e um juiz substituto (Fladimir Jerônimo Belinati Martins), 57 servidores, quatro estagiários e 27 trabalhadores terceirizados para atender uma população estimada em 337.000 habitantes distribuídos numa área de 5.090 km² (**), em 14 municípios. Sua jurisdição abrange Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Echaporã, Fernão, Gália, Garça, Júlio Mesquita, Lupércio, Ocauçu, Oriente, Pompéia, Quintana e Vera Cruz. A Justiça Federal em Marília divide o espaço sem dificuldades com a Justiça do Trabalho, instaladas numa antiga escola em local de fácil acesso no centro da cidade. O prédio é simples e confortável, rodeado por um extenso jardim com árvores, gramado e flores. Possui corredores largos, compartimentos amplos com grandes janelas que o tornam arejado e bem iluminado ao longo dos dois andares que o compõem. O acesso pode ser pela rua Amazonas, 527, ou pelos fundos na rua Nove de Julho s/nº.



No mesmo prédio ocorrem as reuniões da Associação Cultural, Esportiva e Recreativa dos Servidores da Justiça Federal (ACERJUF). (vide box) Comenta-se que a Prefeitura quer reaver o imóvel. "O ideal seria ter prédio próprio", e se a mudança for inevitável, Alexandre Sormane propõe além das varas convencionais "instalar um Juizado Especial com a devida estrutura e suprir o déficit de juizes, porque atualmente temos um único juiz substituto que é deslocado constantemente para as subseções vizinhas".

O segredo de Marília

Para alcançar o desempenho atual, fundado na continuidade administrativa, na transparência e eficácia do trabalho, Marília passou por diversas mudanças, alterou o perfil da Secretaria e melhorou sensivelmente a imagem junto aos jurisdicionados. A metodologia de trabalho das três varas apresenta pequenas variações. Nelson Luis Santander, diretor da 1ª Vara, relata as medidas adotadas em sua vara.

Segundo ele, em novembro de 2004, depois de uma análise cuidadosa do sistema de trabalho vigente, constatou-se ineficiência e dispersão do potencial produtivo de todos os operadores. Verificou-se a necessidade de adotar um sistema mais racional e eficaz, em síntese, "uma mudança de foco".

O novo modelo (implantado em maio deste ano) dividiu as atividades da vara em dois grandes setores: supervisão e apoio. Os supervisores dos vários setores da Secretaria (ações diversas, procedimentos criminais, execuções e execuções fiscais e mandados de segurança e medidas cautelares), deixaram de ser responsáveis por um determinado setor e passaram a ser responsáveis por atividades específicas deste setor. "Eles focam quase toda sua força intelectual e de trabalho na atividade-fim de elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças extintivas", explica Nelson. Os servidores e estagiários alocados no setor de apoio são responsáveis pelas atividades operacionais de toda a Secretaria. Na prática, o apoio deixa de ser exercido para um único setor e passa a ser para toda a Secretaria. Assim, a atividade de publicar, por exemplo, passa a abranger todos os processos que se encontram em situação de serem publicados na Secretaria.

Cada operador exerce, de regra, duas atividades, uma como "ator" principal, outra como auxiliar. O servidor Ronaldo, por exemplo, tem como atividade principal coordenar todo o processo de juntada de documentos (auxiliado por dois estagiários). Já o atendimento ao público é feito primordialmente pela servidora Francine, todavia, em momentos de maior movimento Ronaldo deve auxiliá-la.

As atividades exercidas pelo setor de Apoio apresentam a vantagem de serem padronizáveis, com isso cada operador assume a responsabilidade pelos resultados de seu trabalho.

A verificação do cumprimento dos Procedimentos Operacionais Padrão e orientações gerais aos operadores ficam a cargo do Diretor de Secretaria (e não mais dos Supervisores) que se vale de ferramentas como a Planilha de Diagnóstico de Trabalho Operacional e da Análise de Anomalias, como a recomendada pelo (Gestão pela Qualidade Total (GQT)). (***)

Resultados

Os resultados "mais eloquentes" da nova sistemática de trabalho, segundo Nelson, foram:

- despachos e publicações mais rápidos;
- expedições praticamente "zeradas";
- remessa, carga e recebimento de autos e expedientes feito de forma eficaz;
- controle absoluto em todas as etapas de produção;
- atendimento ao público feito de forma diferenciada, uma vez que a servidora escalada para a atividade tem o perfil ideal (simpatia, cordialidade, prontidão etc);
- elevado nível motivacional dos servidores que passaram a ter uma noção maior da importância de sua atividade para o resultado final dos trabalhos a serem desenvolvidos na Secretaria.

(*) 2ª Jornada de Estudos da Justiça Federal do Centro-Oeste Paulista ; 12/14 de setembro e 03 de outubro de 2005 (vide Informativo nº40)

(**) Fonte: www.ibge.gov.br

(***)Gestão pela Qualidade Total, GQT, curso promovido pela Justiça Federal dentro do Programa "Qualidade Total para a 3ª Região; coordenação: Escritório da Qualidade/TRF3; ano:2000

ACERJUF

Eleita em janeiro de 2005, Maria Sílvia Cabrini Belam é a atual presidente da ACERJUF. Seus planos: "fazer reuniões para ouvir idéias, o que as pessoas querem e esperam da ACERJUF. Sabemos que muitos servidores e terceirizados possuem dotes artísticos, vamos trabalhar com esses talentos."

Nos últimos dois anos, a ACERJUF organizou duas Jornadas de Estudos da Justiça Federal do Centro-Oeste. Pode-se dizer que 2005 foi muito produtivo para associação. A 2ª Jornada contou com 350 inscritos e coletou 776 kg de alimentos destinados a duas instituições de caridade de Marília. Também foram organizadas a Campanha do Agasalho e a Campanha de Alimentos e ainda sobrou tempo para promover a Festa Junina e o Churrasco de Confraternização para as famílias comemorem juntas o Dia da Criança. (vide Informativo nº40)

Dados Gerais

fundação - janeiro/1998

finalidade - a ACERJUF trabalha com a idéia de "equipe", isto é, servidores e terceirizados formam uma única equipe que trabalha no Fórum. E a Associação trabalha para eles, sem distinção, com a interatividade como instrumento de cidadania. Ela promove eventos culturais e de confraternização, reunindo essa equipe e respectivas famílias. Com isso, acaba por fortalecer o bom relacionamento entre todos - o que, por conseqüência, se reflete na qualidade da prestação jurisdicional. como ficar sócio - basta preencher uma ficha com dados pessoais e pagar uma contribuição mensal de R\$3,00.



Fraternidade Toca de Assis e Asilo Casa do Caminho, entidades beneficiadas pela Acerjuf

Reportagem: Dorealice de Alcântara e Silva
Fotos: Maria Sílvia Cabrini Belam

Ribeirão Preto e Campinas inauguram Varas Especializadas

A Justiça Federal do Estado de São Paulo vem despontando como um importante centro de combate ao crime de "lavagem de dinheiro". Já são quatro as varas especializadas nesse tipo de matéria em toda a Seção Judiciária. Duas estão funcionando desde agosto de 2004 na Capital (2ª e 6ª Varas Criminais). Agora foi a vez de Ribeirão Preto e Campinas inaugurarem suas varas especializadas



O Juiz Federal Fernando Moreira Gonçalves passou a titularidade da 1ª Vara para a Juíza Federal Márcia Souza e Silva de Oliveira

CAMPINAS – Pólo industrial e tecnológico

Desde o dia 11 de novembro, a 1ª Vara do Fórum Federal de Campinas atua exclusivamente no julgamento de processos que envolvem crimes de "lavagem de dinheiro". Endereço de grandes empresas nacionais e estrangeiras, considerada a terceira praça financeira do país e detentora do segundo maior aeroporto de cargas (veja box), Campinas é responsável por 2,5% do PIB nacional. No entanto, junto com o desenvolvimento veio a criminalidade. Organizações criminosas se aprimoraram e o mercado paralelo de dinheiro aumentou.

"Uma região com estas características precisa de uma Justiça que enfrente de perto esse tipo de crime (lavagem de dinheiro). Ainda temos muito a fazer, mas a especialização da Vara demonstra que estamos trilhando o caminho certo", disse o diretor do Fórum de Campinas juiz federal Valdeci dos Santos.

Para o prefeito da cidade, Hélio de Oliveira Santos, a especialização da Vara traz mais Justiça para a região, considerada por ele de extrema importância para o país. "Crimes de diversos graus têm ocorrido por aqui. Esta Vara tem a característica de não permitir que as riquezas sejam expropriadas, de modo a contribuir com aqueles que mais precisam. Este é um grande instrumento de combate à impunidade".

O presidente da OAB/Campinas, Dijalma Lacerda, lembrou o quanto a Justiça Federal cresceu na cidade. "Em pouco tempo este Fórum dobrou de tamanho, o que demonstra a sua real importância. Ao mesmo tempo, os delinquentes também se organizaram. Agora Campinas veio dizer 'sim' ao combate à criminalidade".

Além do reforço no combate aos crimes que envolvem o sistema financeiro, a especialização da Vara também permite que juízes e servidores se aprofundem na matéria. "Dessa forma, a Justiça Federal atuará mais de perto contra essas organizações criminosas. Espero que órgãos como o Ministério Público Federal e a Polícia Federal também sigam o caminho da especialização", disse o juiz federal Fernando Moreira Gonçalves. Também estiveram presentes no evento a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargadora Diva Malerbi; a corregedora geral da Justiça Federal da 3ª Região, desembargadora Marli Ferreira; o diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, juiz federal Paulo Sérgio Domingues; o presidente da OAB/Campinas Dijalma Lacerda; o representante do Ministério Público Ademar Viana Filho; desembargadores e juízes federais, autoridades civis e militares.



Aeroporto Internacional de Viracopos

Viracopos

Localizado a 14 quilômetros do centro de Campinas e a 99 Km da Capital, o Aeroporto Internacional de Viracopos é considerado um dos principais pontos de conexão da América Latina. O Terminal de Logística de Carga de Importação e Exportação possui uma área de mais de 81 mil metros quadrados.

Com acesso pelas rodovias Santos Dumont, Bandeirantes e Anhanguera, está situado num dos mais importantes pólos tecnológicos do país, o qual é servido pelas principais universidades, rodovias e empresas de tecnologia de ponta.

Na década de 90, o aeroporto começou a despontar para o segmento de Carga Aérea Internacional, evidenciando sua vocação cargueira. Desde então, a Infraero vem realizando investimentos em melhorias nos terminais de cargas e passageiros.

(fonte: Infraero)

Ribeirão Preto – Vara especializada e Turma itinerante

A especialização da 4ª Vara Federal de Ribeirão Preto em crimes de "lavagem de dinheiro" ocorreu no último dia 4 de novembro. Na ocasião foram inaugurados também os trabalhos itinerantes do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) na cidade, com a realização de uma sessão de julgamento da Terceira Turma por videoconferência. A utilização do recurso tecnológico possibilitou a transmissão ao vivo da sessão para a sede do TRF3, em São Paulo, e contou com a participação da presidente do TRF3, Diva Malerbi, do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ministro Edson Vidigal, do prefeito de Ribeirão Preto Welson Gasparini, do presidente da 3ª Turma desembargador federal Carlos Muta, do juiz federal diretor do Foro da JF/SP Paulo Sérgio Domingues, além de outras autoridades. O evento aconteceu no Fórum Federal de Ribeirão Preto, localizado na Rua Afonso Taranto, nº 455.

Reportagem e fotos/Campinas: Ricardo Acedo Nabarro
Reportagem Ribeirão: Viviane Ponstinnicoff de Almeida

Nova tecnologia aumenta em até oito vezes a velocidade da rede

Um contrato assinado com a Telefônica em novembro último vai permitir que a velocidade das informações que circulam na rede da Justiça Federal de São Paulo aumente em até 800%. A ativação do novo sistema deve estar completa até janeiro do ano que vem e vai beneficiar todos os fóruns e Juizados Especiais Federais do Estado. A substituição da atual tecnologia de comunicação de dados (Frame-Relay) pela chamada MPLS (Multi Protocol Label Switching), trará prioridade ao tráfego das aplicações corporativas, tornando as operações mais rápidas, como acesso ao Correio Eletrônico, Intranet, Internet e Sistemas Processuais e Administrativos. A nova tecnologia permitirá, ainda, a comunicação ponto a ponto, sem a necessidade do atual ponto concentrador localizado no CPD em São Paulo. Por exemplo, o Fórum de Campinas poderá se comunicar com o JEF de Campinas sem ter que mandar as informações até o ponto concentrador na capital, ou seja, mesmo que haja algum problema no CPD, esta comunicação permanecerá ativa. Todos os equipamentos de comunicação de dados serão de propriedade da contratada, com equipamentos novos e modernos, ficando a cargo da prestadora a operação, manutenção e troca se necessário. A duração do contrato é de 24 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses. O investimento inicial foi de R\$ 118 mil mensais, perfazendo R\$ 2,832 milhões para 24 meses.



Capital e Interior recebem terminais de auto-atendimento mais modernos



A partir do dia cinco até o dia 23 de dezembro, todos os Fóruns da Capital e do Interior receberão novos terminais de auto-atendimento, num total de 55 máquinas. Os equipamentos trazem uma tecnologia moderna com monitor de cristal líquido (LCD), teclado alfanumérico e trackball, possibilitando consultas mais rápidas aos usuários da Justiça Federal do Estado de São Paulo. Para distribuí-los, a Seção de Transporte elaborou um cronograma especial, levando em conta a localização dos Fóruns; a instalação ficará a cargo dos supervisores administrativos. Os terminais são de fácil instalação, necessitando apenas de um ponto elétrico e da rede instalada. A Informática encaminhará, para cada terminal, um CD-ROM de instalação do software. Feito isso, eles estarão prontos para serem usados. Os 55 novos terminais de auto-atendimento representam um investimento da ordem de R\$ 553025,00 para a Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

Prestação de Contas de Diárias: atenção servidores!

A Diretoria Administrativa da Justiça Federal (DA-JF/SP) informa que a Prestação de Contas de Diárias e Passagens deve sempre ser acompanhada dos documentos que comprovem o deslocamento do interessado: bilhetes de pedágio, passagens rodoviárias, etc. Os comprovantes devem apresentar o carimbo e a rubrica do superior hierárquico, configurando, desta forma, o atesto desses documentos. A DA salienta que, caso haja a ausência de quaisquer dos comprovantes listados, há necessidade dessa informação constar no formulário de Prestação de Contas, bem como a apresentação de outros documentos que comprovem o deslocamento do interessado.

Curso para "Desenvolvimento de Servidores" lota seis turmas em três dias

A Justiça está mudando. Em menos de três dias, a Seção de Recrutamento, Seleção e Treinamento (SUTR) lotou seis turmas para o curso de "Desenvolvimento de Servidores". As inscrições foram abertas no dia 30 de novembro e ao meio-dia do dia 5 de dezembro, as turmas estavam formadas, antes mesmo do prazo previsto para o encerramento - 6 de dezembro. "As pessoas começaram a incorporar o treinamento no universo da Justiça. É um bom sinal, porque sem desenvolvimento humano não há trabalho" A afirmação é de Rosa Maria do Prado, supervisora da SUTR, cuja equipe vem idealizando e realizando programas voltados para a capacitação dos servidores da JF/SP de todos os níveis. [\(leia "Você é o líder que sua equipe merece? Págs.6/7"\)](#)



O curso está voltado para a melhoria dos relacionamentos e do atendimento ao público e proporcionará, ainda, a oportunidade de aprimoramento das habilidades pessoais e profissionais. Serão trabalhados diversos conteúdos, entre os quais a habilidade na resolução de conflitos; a importância do controle emocional; competência interpessoal; comunicação e feedback e trabalho em equipe, todos com foco na qualidade e eficácia do serviço social. As três primeiras turmas receberão aulas nos dias 12/13, e as outras três nos dias 14/15, todas no período das 10 às 19 horas, no Anexo da Praça da República, 299/1º andar. Inicialmente as turmas foram dirigidas aos servidores da Capital e da Grande São Paulo. Para o próximo ano, será estendida às demais subseções judiciárias. A empresa de consultoria Inter&Ação Desenvolvimento Humano, a mesma encarregada do Programa de Desenvolvimento Gerencial, administrará o curso, supervisionado pela SUTR. Cada turma será formada por 20 alunos. Os interessados poderão obter mais informações pelo e-mail sutr@jfsp.gov.br.

Lembra das canetas devolvidas ao Almoxarifado?



Pois então, as canetas CIS TIP recolhidas em setembro pela Seção de Almoxarifado por apresentarem defeito, encaminhadas ao NUMP para providências, foram totalmente substituídas. "O material atualmente distribuído, embora similar, é de outro modelo", avisa o NUMP. Mas se houver qualquer problema, basta avisar.

Campanha Solidária arrecada 3,8 toneladas em alimentos

A Campanha de Alimentos da Justiça Federal de São Paulo bateu novo recorde de arrecadação nesse ano. A soma dos alimentos doados nos fóruns da Capital e Interior atingiram duas toneladas. Acrescentando-se o que foi comprado com o dinheiro arrecadado na Capital (R\$ 2224,30), calcula-se em 3,8 toneladas o total de alimentos que serão destinados a instituições beneficentes. "Na Capital arrecadamos o dobro do ano passado, quando atingimos 800 kg. É uma vitória", conta Cibele Martinez Quilici, da Seção de Acompanhamento Funcional (SUAF), coordenadora da Campanha. "Este ano temos muito a comemorar. Sentimos que a cultura está mudando, e isso é muito bom", afirma.



Coordenadores da Campanha na Capital: Cibele, Hugo, Mara e Jocely (SUAF)



Doação do Fórum de Presidente Prudente ao Asilo Vila Fraternidade

BALANÇO(*)

Capital

Administrativo: 165 Kg
Previdenciário: 32 Kg
Criminal: 42 Kg
Ex. Fiscais: 242 Kg
Jef : 5 kg
Cível+República: 187 Kg
Total arrecadado: 673 Kg
Dinheiro arrecadado: R\$2.164,30
Instituições beneficiadas:
- Abrigo Bezerra de Menezes (www.abrigobezmenezes.org.br)
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Guarulhos
- Casa de David (www.casadedavid.org.br)
- Centro Organizado de Tratamento Intensivo à Criança - COTIC (www.cotic.org)
- Serviço de Assistência à Família - Casa da Editinha
Cada Instituição receberá, em média, 450kg de alimentos

Interior

Araçatuba
Total arrecadado: 97kg de alimentos
Instituição beneficiada: Hospital Benedita Fernandes
Bragança Paulista
Total arrecadado: 60kg de alimentos
Instituição beneficiada: Paróquia Santa Terezinha
Campinas
Total arrecadado: 150kg
Caraguatatuba
Total arrecadado: 41kg de alimentos e 4,5 litros de óleo
Guaratínguetá
Total arrecadado: 64kg
Marília
Total arrecadado: 200kg de alimentos, presentes e materiais escolares
Instituições beneficiadas: Centro Espírita Luz, Fé e Caridade e Entidade Assistencial Filantrópica de Marília
Piracicaba
Total arrecadado: 26kg
Instituição beneficiada: Associação Comunitária Nossa Senhora dos Prazeres
Presidente Prudente
Total arrecadado: 296kg
Instituição beneficiada: Asilo Vila da Fraternidade
Registro
Total arrecadado: 33kg
São Bernardo do Campo
Total arrecadado: 50kg
Instituição beneficiada: Casa São Vicente de Paulo
São José dos Campos
Total arrecadado: 50kg
Instituição beneficiada: Creche Nica Veneziani
Tupã
Total arrecadado: 177kg de alimentos mais produtos de higiene e limpeza
Instituição beneficiada: Projeto JOAVAM - Jovens Avante Marchem! (De Amparo a Jovens que Sofreram Abuso Sexual.

(*) Arrecadações na capital e no interior até o fechamento desta edição.

SUTR quer saber qual o melhor curso para o servidor

A Seção de Recrutamento, Seleção e Treinamento (SUTR) continua recebendo a pesquisa de "Levantamento das Necessidades de Capacitação". Trata-se de um formulário que deve ser preenchido por diretores e supervisores para avaliar as principais dificuldades dos servidores no exercício de suas tarefas. Esse levantamento vai dar suporte à SUTR para adequar os programas de treinamento às reais necessidades das varas e setores administrativos. "Infelizmente, o retorno dos formulários não atingiu 10% do esperado. A participação de todos nesse trabalho é muito importante pois ele será a base do planejamento de 2006 e 2007", diz Rosa Maria do Prado, supervisora da Seção. O formulário e as instruções para o preenchimento do "Levantamento das Necessidades de Capacitação" está disponível na intranet, no link Núcleos/NURE/Serviços.



Voluntariado na 3ª Região entra na reta final

A Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal Regional Federal da 3ª Região está finalizando a proposta de regulamentação do Programa de Voluntariado no âmbito da Justiça Federal do Estado de São Paulo e do TRF3. O documento, que foi encaminhado para aprovação da presidente do Tribunal, possibilitará o trabalho de estagiários voluntários nas varas e setores administrativos. Em setembro último, uma pesquisa realizada na 1ª e 2ª Instâncias teve como resultado quase 500 solicitações de estagiário voluntários. "Esse número foi um dos subsídios que norteou a proposta de implantação do Programa", revela Marisol Ávila Ribeiro, diretora da Secretaria de Recursos Humanos do TRF3. A demanda por voluntários partiu, em sua maioria, das varas, juizados e também de setores administrativos.

A possibilidade de receber estudantes que estão dispostos a contribuir com a prestação jurisdicional, de forma espontânea e consciente de sua responsabilidade social, é mais uma alternativa para aumentar a mão de obra na Justiça Federal. Segundo comunicado da Secretaria de Recursos Humanos, pesquisas realizadas em órgãos que já contam com o serviço voluntário demonstraram que o sistema funciona. Além disso, o voluntariado aumentará a capacidade de receber novos estudantes, pois as vagas de estágio na 3ª Região já estão praticamente preenchidas (o n.º de estagiários não pode superar 25% do total de cargos efetivos). "Agora estamos trabalhando para dar o apoio necessário à operacionalização do sistema", conta Marisol. Depois de assinado o regulamento, serão abertas as inscrições para aqueles que tiverem interesse em participar do Programa.

JEF/SP inaugura andar exclusivo para Turmas Recursais

O Juizado Especial Federal de São Paulo (JEF/SP) inaugurou, no dia 29 de novembro, as novas instalações da Divisão de Apoio às Turmas Recursais Cíveis, no 10º andar do Edifício Elmast (Av. Paulista, 1.345). Para marcar o evento, a 2ª Turma Recursal julgou 6.860 processos de OTN/ORTN. Além de duas salas para as sessões de julgamento, o 10º andar conta com três salas de presidente de Turma, uma sala para despacho, secretaria com estações de trabalho e banheiros. "Antes da inauguração do novo espaço, as sessões ocorriam no 5º andar, onde hoje acontecem as audiências", conta Vinícius de Almeida, diretor da Divisão de Apoio. Ao abrir a sessão de julgamento, o coordenador dos JEFs da 3ª Região, desembargador federal Santos Neves, destacou a importância do Juizado paulista. "Ele é o precursor, no País, da justiça sem papel, totalmente informatizada desde a sua instalação em 14/01/2002. Igualmente, na mesma data, foi precursor na utilização de assinatura digital em serviços judiciários e do gerenciamento eletrônico no atendimento das partes (...) Inovou, a seguir, com a instituição das Varas-Gabinete e a titularização de juízes diretamente nos Juizados, o que impôs a criação de cargos próprios, propiciando maior consistência e estabilidade ao sistema". Santos Neves falou sobre o significado das novas instalações das Turmas Recursais. "Elas foram implantadas com perfeita compreensão do significado do que elas efetivamente representam (...) parte integrante do Juizado, vivendo os seus problemas e soluções, do qual fazem parte indecomponível, a ele não se sobrepondo além ou aquém de suas realidades; sem procurar, portanto, refúgio fácil em torres de marfim, isoladas e perdidas em suas próprias fantasias e devaneios, nas quais, não poucas vezes, instâncias de alçada e turmas de revisão de julgados tendem a se transformar".



O JEF/SP possui duas Turmas Recursais, com três juízes efetivos e três suplentes cada. Ao todo, são 19 servidores e 10 estagiários que auxiliam na realização das sessões de julgamento (duas por semana). De maio de 2002 até hoje, foram julgados 117540 processos. As juízas federais Mônica Autran Machado Nobre e Renata Andrade Lotufo presidem a 1ª e 2ª Turmas respectivamente.



Fotos Campanha: Capital Márcia Morishige / Pres. Prudente José Alessandro Ribeiro
Fotos JEF/SP: Eduardo Silveira Costa



VOCÊ É O LÍDER QUE SUA EQUIPE MERECE?

A Seção de Treinamento (SUTR) reuniu, no último dia 18 de novembro, 63 diretores da Capital e Interior, no Guararema Park Hotel, para um dia especial de apresentação da 2ª edição do Plano de Desenvolvimento Gerencial (PDG), com o tema "Você é o líder que sua equipe merece?".

O objetivo desse primeiro encontro foi sensibilizar os cursistas. A equipe de psicólogos e especialistas em recursos humanos da empresa de consultoria Inter&Ação Desenvolvimento Humano, especialmente contratada para a aplicação do PDG, não poupou esforços. Realizou jogos dramáticos, dinâmicas motivacionais, estimulou o relacionamento e lembrou que há sempre outra maneira de se olhar a mesma coisa.

A primeira palavra de ordem do encontro com os diretores foi MUDAR e, para mudar, REFLETIR. "Mudar o foco, direcionar o olhar para pessoas. Porque a matéria prima de um líder são as pessoas; as pessoas cuidam de processos e processos cuidam da vida de outras pessoas."

Para começar o grupo refletiu sobre as próprias expectativas com o PDG - "o que esperar do programa? como contribuir? O que não se deseja que ocorra?" As respostas foram surgindo aos poucos e entre muitas expectativas, destacou-se o desejo de que o programa não sofra interrupções, que ele possa ser ampliado para todos os segmentos da Instituição de forma que se fortifique um relacionamento harmonioso entre juízes, diretores, supervisores e demais servidores.

Identificadas as expectativas, a equipe da Inter&Ação fechou um acordo com os cursistas para os próximos encontros, que contempla um relacionamento de dedicação, respeito e bom humor, tendo como dinâmica a partilha de experiências entre todos.

Rosa Maria do Prado, supervisora da SUTR - equipe que idealizou o PDG, observou tudo atentamente. A impressão sobre esse primeiro encontro foi animadora. "Foi muito bom, da forma como esperávamos mesmo. Os profissionais que atuam em conjunto conosco são muito bons. No mesmo dia tivemos excelentes retornos, que demonstraram que realmente este é um bom caminho. Os diretores e supervisores precisam sentir apoio e penso que este projeto proporciona isto."

Questão estratégica

A primeira edição do PDG, realizada no período de 2002/2003, trouxe saldo positivo para a Seção Judiciária de São Paulo. Rosa conta que ela aumentou a integração entre servidores da Capital e do Interior; gerou solicitações técnicas de atuação em grupos para subsidiar reuniões em Varas; reuniões de trabalho no fim do expediente; ampliou a consciência da participação dos servidores nas atividades de treinamento e fortaleceu o relacionamento entre a área de Recursos Humanos (área meio) e a área Jurídica (área fim).

Entre magistrados, diretores e supervisores, o PDG já alcançou 35% dos que ocupam cargos de direção e supervisão na Seção Judiciária de São Paulo. A meta é alcançar 100%, por isso, enquanto a 2ª edição do PDG acontece, Rosa revela que a SUTR está preparando uma versão do programa, o PDS - Plano de Desenvolvimento do Servidor - com destaque para o papel profissional, cidadania, compromisso e visão sistêmica (percepção de si mesmo, do outro e do ambiente) destinado ao servidor em geral. "Ninguém deverá ficar de fora", estima Rosa.

Esse trabalho, segundo a supervisora da SUTR, faz parte das diretrizes da Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos adotada pela Administração da JF/SP. Ela explica que a área de Recursos Humanos tornou-se estratégica para a prestação jurisdicional. "Técnicamente, a qualidade de nossos servidores é muito alta, e programas como esse despertam as pessoas para a importância de se partilhar o conhecimento ao mesmo tempo que potencializam o espírito de equipe."

REFLETIR



63 diretores participaram do PDG no Guararema Park Hotel

A 2ª edição do PDG está prevista para durar seis meses. De fevereiro a junho, será realizado um encontro por mês. Nesse período, os cursistas serão preparados pela equipe da Inter&Ação para analisar e avaliar atitudes e posturas diante de si mesmo e do outro, desenvolvendo habilidades para praticar a gestão de pessoas. O encerramento será em julho de 2006. Enquanto se preparam para a volta em fevereiro, os cursistas vão refletindo.

Refleta com eles:

A que comunidade você pertence?

- a comunidade das pessoas que fazem acontecer ? (os pró-ativos)
- a comunidade dos que ficam olhando as coisas acontecerem? (os otimistas)
- a comunidade dos que não sabem o que está acontecendo e nem querem saber? (os pessimistas)

Se você conhece as pessoas com quem convive, responda estas questões:

- qual o sonho de cada uma delas?
- qual o potencial?
- qual a limitação?

Lembretes da equipe da Inter&Ação:

"O mundo nos convida a mudar. Mude de conceito; de pensamento; de jeito de agir. Isso expande a consciência".

"No mundo das realidades são as ações individuais que trazem lucro ou prejuízo para as organizações".

Avaré promove a 1ª Semana de Estudos Jurídicos



"Benefícios Previdenciários". Este foi o tema da palestra que abriu a "1ª Semana de Estudos Jurídicos do Juizado Especial Federal do Vale da Jurumirim - Avaré e Região", em comemoração ao aniversário de um ano do JEF da cidade, entre os dias 22 e 24 de novembro. O evento aconteceu no Theatro Eduvale, ao lado da faculdade de mesmo nome e proporcionou a integração dos jurisdicionados de Avaré e região, levando conhecimentos jurídicos indispensáveis aos alunos do curso de Direito, como o aprofundamento em questões relacionadas ao trabalho dos Juizados, além de aproximar a Justiça dos estudantes e cidadãos. Prova dessa aproximação foi o convênio firmado entre a Eduvale e o JEF/Avaré. "Estamos com 12 estudantes dos cursos de Direito e Administração de Empresas estagiando no Juizado. A Justiça está de parabéns por essa iniciativa", disse Cláudio Mansur Salomão, diretor da Faculdade.

Palestra de abertura

O juiz federal presidente do JEF/Osasco Ricardo de Castro Nascimento abriu a Semana de Estudos Jurídicos com a palestra "Benefícios Previdenciários". Destacou, entre outros assuntos, sua carreira como juiz, a evolução dos Juizados e a importância das ações previdenciárias no mundo jurídico atual.

Iniciou contando sobre suas experiências como advogado criminalista, passando pelo trabalho como fiscal do INSS e da Fazenda Nacional, até chegar à magistratura federal. "O juiz é como um padre. Vai subindo degraus e tem que estar atualizado. Mas também é falível; é um ser humano".

Em seguida, enfatizou a importância da aproximação dos Juizados com a sociedade, bem como sua evolução no contexto da rapidez processual. "Os JEFs estão numa segunda fase, pois já estão implantados. Agora é o momento de se aproximar com a comunidade. Já era o tempo que o juiz ficava distante do povo".

Quando entrou no tema central de seu discurso, o juiz destacou o papel dos Juizados nas ações previdenciárias de pequeno valor (até 60 salários mínimos). Disse que, apesar de serem encaradas como pequenas causas, devem ter o mesmo tratamento de uma ação comum.

"Todo processo tem que ser entendido como um grande processo, seja ele pequeno ou grande".

Explicou, então, a diferença entre os dois tipos de ações previdenciárias: a revisional (em que a pessoa já está aposentada e se questiona o critério de reajuste) e a concessiva (em que se pleiteia a concessão do benefício, do auxílio-doença, etc.). Lembrou que o trabalhador com mais de 65 anos que não conseguiu sua aposentadoria pode requerer o benefício na Justiça. Ele se orgulha dos JEFs, pois agora os processos são

todos virtuais. "Acabaram-se os papéis, agora é tudo no computador. Eu chego a sentenciar até 800 processos num só dia com a ajuda da informática; a decisão sai pronta". E enxerga como será o futuro da Justiça: "O advogado vai trabalhar no seu escritório; vai mandar o recurso por e-mail e ter acesso ao processo pela Internet".

Após suas considerações, respondeu a perguntas de estudantes e encerrou o primeiro dia do evento no qual também estiveram presentes o juiz federal presidente do JEF/Avaré, Aroldo José Washington; e representantes da prefeitura, da Procuradoria, da Câmara Municipal e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

JEFs - o centro das atenções

No segundo dia, foi a vez do juiz Aroldo José Washington, anfitrião e organizador do evento, falar sobre "O desafio dos Juizados Especiais Federais". Ele disse que a evolução do JEF é excepcional. "É uma nova forma de Justiça. É a que o povo quer: célere, rápida, segura e nós estamos aqui para distribuí-la". Disse, ainda, que se sente satisfeito com a rapidez do Juizado, se comparado aos longos processos de uma vara comum. "Hoje eu dou uma decisão com começo, meio e fim em seis meses, ao contrário do que ocorre numa vara comum. Eu me sinto mais juiz, cumprindo a função constitucional".

Ele ainda ressaltou a importância do tratamento dispensado aos jurisdicionados. Contou que sua equipe recebeu agradecimentos de pessoas bem atendidas no Juizado. "Seguimos o princípio de que todos devem ser tratados da mesma maneira, sem distinção. Atendimento ao público de primeiro mundo, qualidade e orientação. Esse é o nosso lema".

No dia 24, encerramento da Semana, a desembargadora federal do Tribunal Regional da 3ª Região Marisa Santos completou o ciclo de palestras com o tema "Juizados Especiais Federais".

A organização ficou a cargo da AJUFESP (Associação dos Juizes Federais de São Paulo) e do JEF/Avaré e teve o apoio institucional da EMAG (Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região), da AJUFE (Associação dos Juizes Federais do Brasil) e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) - Subseção de Avaré. O Centro de Memória da JF/SP também participou, expondo no teatro a história da Instituição por meio de painéis ilustrativos.

AVARÉ

Área territorial: 1217 Km2

Altitude: 766 m

População: 76.472

Alfabetizada: 59.443 (Taxa de alfabetização: 93,5%)

Distância da Capital: 264 km

Rodovias de acesso: SP 255 e SP 280

Fonte: IBGE

Curiosidades

Em busca de um lugar ideal para viver, com terras e água em abundância, os pioneiros chegaram à região da atual Avaré por volta de 1840, segundo as pesquisas mais recentes.

A fundação da cidade é atribuída ao major Vitoriano de Souza Rocha e a seu compadre, Domiciano Santana. O local que possui vegetação exuberante e recursos naturais levou ambos a enfrentar as dificuldades iniciais, como os ataques de índios, para se estabelecerem.

Dentre os imigrantes que formaram a sociedade avareense, a colônia portuguesa está entre a de maior número. Também contribuíram para o desenvolvimento local espanhóis, italianos, árabes, japoneses, suíços e negros. A Vila do Rio Novo foi elevada à categoria de cidade com o nome de Avaré em 1891.

O aniversário de Avaré é comemorado em 15 de Setembro, dia em que a cidade celebra a festa de Nossa Senhora das Dores. A cidade tem hoje cerca de 77 mil habitantes (censo 2000/IBGE).

Fonte: www.nossosaopaulo.com.br



Em sentido horário: a equipe do JEF/Avaré; mesa de trabalhos; presidente do JEF/Avaré, Juiz Federal Aroldo José Washington; Diretor da Eduvale, Prof. Cláudio Mansur Salomão; Presidente do JEF/Osasco, Juiz Federal Ricardo de Castro Nascimento.



Centro de Memória JUSTIÇA FEDERAL, a experiência que marcou.

Sobre si mesmo, diz que é introvertido, mas na sala de aula, sente-se à vontade. Sobre a Justiça Federal, diz que entre tantas experiências vividas, foi a que marcou. Antônio Maurício da Cruz, mineiro de Itabira, conterrâneo de Carlos Drummond de Andrade, foi auditor da Receita Federal, juiz do Trabalho, juiz Federal e promotor do INSS. Em depoimento ao Centro de Memória, ele conta uma parte de sua trajetória de vida, porque "Se temos condições de estar de pé e com a cabeça funcionando, por que não continuar?"



Antônio Maurício da Cruz

O Centro de Memória da Justiça Federal de São Paulo realiza, desde maio deste ano, o resgate da identidade da Instituição por meio da história oral. O trabalho, que consiste em dar voz ao relato das experiências dos Magistrados e Servidores antigos por meio de depoimentos colhidos, traz à luz um retrato em cores vivas da Instituição e seu cotidiano. A seguir, leia alguns trechos do depoimento do juiz federal aposentado Antônio Maurício da Cruz ao Centro de Memória.

Nascido em 10/06/1935, em Itabira, Minas Gerais, Antônio Maurício da Cruz trilhou longos caminhos em setores públicos até chegar ao seu grande sonho: a magistratura federal. Especializou-se na área fiscal, escreveu livros e é professor.

Casado, pai de três filhos, leciona na Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI), cidade que escolheu para viver. Estudou numa das primeiras turmas da instituição e se orgulha de lecionar lá.

Um pouco de história de vida

"Meu primeiro emprego foi aos 20 anos, no Banco do Brasil. Como havia muita atividade jurídica, percebi que precisava fazer um curso de Direito. Fui a Sorocaba para estudar e trabalhar.

A Faculdade de Direito de Sorocaba (FADI) tinha sido instalada em maio de 1957. Eu sou 'prata da casa'. Formado em 1962, deixei o BB e fiz concurso para auditor da Receita Federal. Trabalhei 23 anos e foi uma experiência completamente nova.

Fiz mestrado em Direito Tributário e, em 1982, ainda atuando como fiscal, comecei a lecionar Direito Tributário e Administrativo em faculdades do interior (Itapetininga, Jundiaí, Itu e Sorocaba).

Acho que nasci para ser professor. É engraçado, pois sou introvertido, mas a sala de aula é o meu ambiente. Devido a convivência, nas faculdades, com juízes e promotores, comecei a ouvir deles que eu tinha jeito para ser juiz. Prestei concurso para a Justiça do Trabalho e passei. Tomei posse em junho de 1990. Eu não sabia que ia aprender tanto sobre relações humanas como aprendi lá. "

A tão sonhada magistratura Federal

"A Justiça do Trabalho me deu base para a magistratura federal. Entrei em abril de 1991 e logo instalei uma Vara de Execuções Fiscais, que era a minha área. Fiquei na Justiça Federal até janeiro de 1996; não foi muito tempo. Como eu não iria para o Tribunal, pois lá há um limite de idade para entrar, resolvi me aposentar.

A Justiça Federal é a minha vida. A minha cabeça ainda é de juiz federal. A JF/SP tem uma virtude que não tem preço. Diferentemente de outras instituições, ela não abandona os seus juízes. Eu tive tantas experiências na vida e ainda pretendo ter outras, mas a que ficou, até agora, é a Justiça Federal. Já aposentado pela Justiça Federal, prestei o concurso para a Procuradoria do INSS e passei. Fiquei lá de março de 1997 até junho de 2005. Tive que me preocupar com a imagem que eu estava levando da Justiça Federal. Eu sempre fui tratado como magistrado, pois o cargo de juiz marca muito."

Os JEFs e a morosidade da Justiça

"O JEF é feito para pequenas causas e queima etapas em benefício da rapidez das ações. A segurança do processo cede lugar à presteza, à velocidade da decisão. Mas, como o JEF atende a um número muito grande de casos, presta um bom serviço. Foi uma grande novidade da Justiça. A principal causa da morosidade da Justiça é o processo. Precisa haver a reforma do processo. Todos sabem disso, mas ninguém põe a mão."

Uma mensagem para os novos magistrados

"Ter sempre em mente o objetivo maior da Instituição. É isso que valoriza o profissional e a Justiça. Os novos magistrados não podem parar. Se temos condições de estar de pé e com a cabeça funcionando, por que não continuar? Eu não devo me acomodar. Eu não parei ainda a minha trajetória."

A íntegra da entrevista com o juiz federal Antônio Maurício da Cruz estará em breve na página do Centro de Memória na intranet.

Exposição Itinerante chega à Guarulhos

O Fórum Federal de Guarulhos recebeu, de 7 a 18 de novembro, a Exposição Itinerante do Centro de Memória da Justiça Federal de São Paulo (CM/JFSP). Dela fazem parte painéis ilustrativos que contam a história da instituição por meio de processos antigos, além de caixas acrílicas que guardam notas falsas e bilhetes de loteria apreendidos, que remontam aos princípios do século XX.

Algumas curiosidades fazem parte do acervo da exposição, como por exemplo o processo mais antigo sob a custódia da Justiça Federal, inteiramente escrito à mão, datado de 1821. O CM já levou seus painéis e documentos históricos para diversas cidades do Estado de São Paulo e para o Rio de Janeiro, expondo em locais como Fóruns e Universidades.



Acima a exposição itinerante realizada no JEF/Avaré

Reportagens/ Foto JEF-Avaré: Viviane Ponstinnicoff de Almeida

Os indicativos de que o Brasil vem mudando são muitos. Um dado geral e significativo pode ser sua população. Em 1970, ela era da ordem de 93 milhões de pessoas. Em 2005, as estimativas do IBGE alcançam 184 milhões. Distribuir a Justiça para uma sociedade que se transforma em velocidade crescente torna-se um grande desafio e suscita muitos questionamentos. Entre eles, o ordenamento jurídico vigente. Por exemplo:



LIMITAR O NÚMERO DE RECURSOS AUMENTARÁ O RISCO DE DECISÕES INCORRETAS?

PRESIDENTE PRUDENTE

Cláudio de Paula dos Santos,
juiz federal, titular da 4ª Vara;
12ª Subseção Judiciária/SP

Tal como o ordenamento jurídico de hoje se presume no plano filosófico melhor que o de ontem, as decisões judiciais também se presumem melhores conforme se sobreponham as revisões e instâncias. Os julgamentos de recursos em regra são feitos em colegiado e por julgadores mais experientes, tendendo a diminuir a possibilidade de erro, pois um pode acrescentar ou destacar pontos eventualmente não percebidos pelo outro, de modo a aperfeiçoar as decisões, tanto que são chamadas de acórdão, o que – me perdoem os lexicólogos a incursão sem rigor – sugere acordo entre os julgadores. Portanto, sem dúvida que a limitação de recursos aumenta o risco de incorreção nos julgados. Pensado em época em que a demanda era infinitamente menor, nosso sistema recursal tem em foco a decisão perfeita. Nessa busca possibilita inúmeras revisões do julgado em três instâncias recursais e, na maioria dos processos, revisões internas em cada instância, simplesmente abarrotando-as.

A questão é: será que podemos continuar nos dando ao luxo de buscar a decisão perfeita diante do grave problema da morosidade processual? Claro que não é possível atribuir a morosidade somente ao aspecto recursal, pois tem causa em mais variadas razões, que devem e têm merecido a preocupação de todos quantos labutam com o Direito e de toda a sociedade, pois chega ao ponto de pôr em risco o próprio Estado de Direito. Mas o recursal é, sem dúvida, um dos fatores mais importantes a ser considerado.

A qualidade das decisões está diretamente ligada à possibilidade de análise de cada caso pelo magistrado. Quanto mais puder se dedicar ao caso, refletindo sobre seus variados aspectos e peculiaridades, mais próximo estará de tomar uma boa decisão. Mas foi criado o paradoxo de possibilitar recursos e mais recursos para aperfeiçoamento da decisão, mas, por fazê-lo em excesso, praticamente impossibilita a análise individualizada. Ao final do ano judiciário os tribunais apresentam estatísticas astronômicas em suas sessões de encerramento, delas se gabando a maioria. De fato demonstram o volume de trabalho e o grande esforço que certamente foi desenvolvido no ano, não raro desumano, o que é sim motivo de orgulho. Mas se vangloriar desses números sem ressalva é evidente equívoco, pois passa a impressão à sociedade de que é possível um magistrado, com o necessário exame das particularidades, julgar centenas de processos por dia. Aumentará o risco de incorreção? Sim. Mas precisamos urgentemente encontrar um meio-termo entre o foco na decisão perfeita e a celeridade, com vistas à duração razoável do processo.

SÃO BERNARDO DO CAMPO

Ana Lúcia Iucker Meirelles de Oliveira,
juíza federal, titular da 3ª Vara;
14ª Subseção Judiciária/SP

Estabeleço a premissa de que não é o número de recursos existentes que implica a incorreção das decisões ou a existência desse risco. A limitação do número de recursos impõe a todos que participam do processo, partes e juiz, uma responsabilidade maior, quer ao requerer determinado provimento, quer ao acolher ou rejeitar esse pleito. No pedido, fundamentação clara e consistente; na decisão, fundamentação clara e suficiente, uma vez que a parte poderá não dispor de numerosos meios de impugnação. É exigido um maior comprometimento do magistrado com suas decisões, já que pode existir o risco do perecimento do direito ou de dano irreparável, sem a possibilidade imediata de revisão da decisão por instância superior. Para as partes, o pedido infundado fica a mercê até de condenação por litigância de má-fé. Vejo na limitação do número de recursos à disposição das partes medida altamente salutar de valorização da decisão do magistrado atuante em primeiro grau de jurisdição. Não questiono o princípio do duplo grau de jurisdição, defendendo-o com veemência, mas penso que uma única revisão, por órgão diverso – cuja composição na maioria das vezes é plúrima – já atende ao princípio nomeado. A existência de recurso evita a arbitrariedade, pois a decisão fica sujeita a controle e revisão, satisfazendo plenamente o inconformismo da parte. A delonga do processo por meio de sucessivos recursos apresenta-se muitas vezes como instrumento de defesa daqueles a quem o direito não assiste, tornando-se uma agonia sem sentido para todos. Nos dias de hoje, devemos ter em conta que a efetividade do processo é princípio e valor de maior peso e, por meio de um procedimento célere, é possível atender a uma das facetas desse princípio. A limitação do número de recursos converge com os modernos cânones do direito processual civil: efetividade do processo dentro do menor prazo possível. O processo deixa de ser instrumento por instrumento, convertendo-se em fonte de entrega jurisdicional efetiva.

Reportagem: Dorealice de Alcântara e Silva
Fotomontagem: Helio Martins Jr.

CINCO METAS PARA MELHORAR A CIDADE



Jairo de Pádua Baraldi
Seção de Folha de Pagamento – F.Adm.

Lei Municipal. Capítulo primeiro, parágrafo único.
"É proibido soltar fumaça".
Essa lei entra em vigor amanhã cedo, às 8 horas.
Senhores empresários do transporte coletivo, virem-se.
Como seria bom esperar o ônibus passar e não receber sobre a cabeça uma golfada de espessa nuvem cinza. Não ficar com a manga da camisa cheirando a diesel.

Embarcado, seguindo em direção ao centro, observando através da janela o movimento da manhã.
Tempos atrás, em algum lugar se lia uma frase que soava como uma advertência: a vida é frágil!
É desproporcional a exposição ao risco do motorista dentro do seu carro, comparado ao motoqueiro apoiado sobre o guidão do seu equipamento de trabalho.
Por que, então, se misturam no mesmo espaço, em velocidade, os automóveis, caminhões, motos, ônibus?
Fica estabelecido: na pista da direita, junto à calçada, protegida das outras pistas por mureta de concreto, passam a circular a partir de agora, somente veículos de duas rodas.
Cumpra-se.

Fin de linha. Terminal do ônibus. Começo da bagunça.
Andando e contornando a trilha por onde se pode passar, desviando das lonas do tamanho de uma piscina, cobertas de CD's.

Isopor, papelão, mil bugingangas, pedaços de abacaxi, fatias de melancia, alho, bala, bolo, bolacha, café, meias.
Viva o centro. Revitalização do centro.
Caixas de som a bateria tocando sertanejo, tema de novela, antigos sucessos.
Como diz Caetano Veloso: "Isso aqui é ô..."

A câmara dos vereadores está logo ali. A construção é imponente, toda enviaçada. Bem ali também pode estar a solução.

Foi decidido que na próxima eleição vereador eleito não terá salário, automóvel, verba de gabinete, tampouco de representação. Apenas ticket alimentação e vale transporte.

Quem quiser o cargo, vai dedicar 4 anos ao amor pela cidade.

Hora do almoço.

Caminhar pelas ruas contemplando o entorno. Hora do vai e vem acelerado, frenesi do meio dia. As moçoilas em duplas ou trios falando alto. Alguns rapazes na beirada da rua, gesticulando para os carros que passam. Eles querem guardar todos os carros por algumas horas e cobrar por isso.

Tudo vai se transformando em estacionamento. Tem carro demais pelas avenidas.

O semáforo fechado para os pedestres que vão ocupando todo lugar de espera. A mulher impaciente aperta o botão sob a plaqueta: aperte e aguarde.

Tenho ímpeto de puxar conversa com ela.

- Por que você apertou esse botão?

- Ora, para o sinal fechar (apertando mais uma, duas vezes).

- Hum. E funciona?

- Claro que funciona. Olha lá. Fechou. Tchau.

Esses botões me incomodam há muito tempo.

A mulher sumiu na multidão. Ainda queria continuar explorando aquele momento de espera. Queria lhe provar quanto é absurdo aquilo.

Como tanta gente pode imaginar que esses malditos "botões" instalados em 1960 possam ter o poder de fechar o semáforo à simples vontade do transeunte.

Como são incapazes de perceber que se isso fizesse efeito, os carros ficariam parados o dia inteiro e só as pessoas atravessariam as ruas no sinal que ficaria sempre verde, pois centenas de lunáticos espertos, um após o outro, se aproximam do poste de ferro e tocam o dedo com toda força, várias vezes.

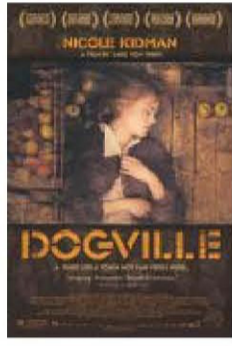
É irritante pensar que o perfeito não veja isso e continue fazendo de bobo tanta gente.

Não dá mais para agüentar tamanho descaso. Amanhã mesmo todas essas plaquetas e botões que não estão conectados a coisa alguma, devem ser retirados de toda cidade e incinerados, derretidos, para nunca mais zombarem da santa ingenuidade do povo.

Chega por hoje. Andar devagar, respirar preguiçosamente, curtindo no rosto a brisa que bate ao cair da tarde. Prazer imenso no peito por tudo o que vai se aproximando com o início da noite. A cadeira de relaxar, as pernas estiradas, a cerveja gelada.

O dia foi intenso. Um dia de ditador ou de sonhador.

Cinema



DOGVILLE

cinema europeu/2003/177min/Lars Von Trier

Em Dogville não há paisagens espetaculares nem efeitos especiais. Apenas a revelação contínua da moral hipócrita dos moradores de uma cidade. A história é simples: a bela Grace (Nicole Kidman) procura esconder-se nessa cidade, sua permanência desencadeia os desejos e sentimentos ocultos dos moradores, o lado escuro da alma dos "honestos e pacatos cidadãos". Grace, a fugitiva, submete-se a tudo e a todos até que seu segredo é desvendado. O filme acaba na tela e algo revive em nossa memória – em algum momento ou lugar de nossa vida já vimos Dogville acontecer.(DAS)

Publicações



Direito Penal Tributário - Aspectos Relevantes

Fausto Martin De Sanctis, é juiz federal da 6ª Vara Criminal em São Paulo. A presente obra, considerando estar o Direito Penal Tributário permeado por aspectos polêmicos pouco enfrentados pela doutrina nacional, cuida do estudo do bem jurídico tutelado, do delito de contrabando ou descaminho, dos crimes fiscais, do sigilo bancário e da representação como condição de procedibilidade para a ação penal (artigo 83 da Lei n.º 9.430, de 27.12.1996), bem ainda do complexo delito tipificado no artigo 168-A do Código Penal, com abordagem ao artigo 337-A, do mesmo estatuto penal. Analisa as hipóteses de extinção da punibilidade diante da farta legislação existente sobre o tema em nosso ordenamento legal, mais especificamente, os artigos 14 da Lei n.º 8.137, de 27.12.1990, 34 da Lei n.º 9.249, de 26.12.1995, 15 da Lei n.º 9.964, de 10.04.2000, os §§ 2º e 3º do artigo 168-A e § 1º do artigo 337-A, ambos do Código Penal, e, por fim, o 9º da Lei n.º 10.684, de 30.05.2003, com o objetivo de tentar dirimir sua intrincada e complexa aplicação.

Inserido que está no Direito Penal Econômico, o Direito Penal Tributário é tratado neste compêndio em observância aos preceitos e valores constitucionais, tentando abarcar pontos sensíveis que envolvem a matéria em cotejo com a heterogênea jurisprudência brasileira. Além disso, enfoca os delitos de forma exaustiva, naquilo que mais merece apreciação, de um lado, sem descuidar da clareza indispensável para compreensão de difícil tema, de outro. A discussão mostra-se, pois, necessária para tentar elucidar os operadores do direito em questões ainda pouco digeridas. Este livro pode ser adquirido no site: www.bookseller.com.br.



ASPECTOS DA TEORIA GERAL NO DIREITO

HERALDO GARCIA VITTA é juiz federal da 3ª Vara de Campinas. Este trabalho aplica a teoria geral do Direito no Direito Administrativo. Embora não tenha esgotado o tema (por encarar apenas alguns aspectos), traça linhas coerentes e firmes, a fim de direcionar o leitor ávido de entender o sistema jurídico-administrativo. O Autor realiza esta tarefa: esmiuça os principais aspectos da teoria geral do Direito, em face do Direito Administrativo, buscando a interpenetração entre as normas e os princípios jurídicos, cooperando, desse modo, com a ciência do Direito Administrativo e do Direito Constitucional. Área: Direito Administrativo. 1ª Edição/2001, 160 p. Este livro pode ser adquirido no site www.malheiroseditores.com.br.



Os Direitos Sociais e Econômicos e a Discricionariedade da Administração Pública

Otávio Henrique Martins Port, é juiz federal substituto da 9ª Vara Cível, em São Paulo. O presente estudo tem por objeto investigar a eficácia dos direitos sociais e econômicos, em face do princípio da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais, e o dever correlato da Administração Pública de prover a sua concretização. Apresenta-se o contexto histórico em que surgiram os direitos sociais e econômicos e sua redução a um núcleo essencial, representado pela dignidade da pessoa humana. O trabalho descreve a necessidade da correta interpretação dos direitos sociais e econômicos, devendo-se atribuir a eles a máxima eficácia, bem como a necessidade do Estado de legislar visando à sua concretização, cuja omissão é controlável por intermédio de

dois instrumentos processuais, que são a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção. Demonstra, ainda, a utilidade prática do estudo, analisando o posicionamento jurisprudencial acerca da eficácia plena e imediata de alguns direitos sociais, como é o caso dos direitos à saúde e ao ensino fundamental. Este livro pode ser adquirido no site www.rcseditora.com.br.

Carta do Leitor

Parabéns pela publicação do Informativo. A cada dia o seu desempenho melhora. Gosto muito de lê-lo, informativo e cultural.

José Dimas da Silva – SUAP Fórum de SJCampos

Gostaria de externar meus cumprimentos aos organizadores desse importante veículo de informação e de integração entre os servidores da Justiça Federal, mormente pela excelência de seu conteúdo.

Roberto Pena Júnior – JEF/Avaré

Errata

No Informativo n.º 41, pág. 7, no artigo de Angélica Olivieri "Amor Sublime", foi divulgado erroneamente que seu cargo era Oficial de Justiça. Na verdade, Angélica é Técnica Judiciária lotada no Setor de Distribuição do Fórum de Execuções Fiscais.

Feira Livre

Se você possui algo que não lhe é mais útil e deseja trocar, doar, comprar ou vender, anuncie aqui. Não deixe de colocar nome, lotação e ramal para contato.

PERMUTA

Analista Judiciário, lotado no JEF - AVARÉ tem interesse em permutar para vara/JEF de JAU ou cidade próxima, a exemplo das cidades de Bauru, Botucatu e Araraquara. Contato com Roberto através do telefone (14)37327800 ou pelo e-mail rpjunior@jfsp.gov.br.

ALUGA-SE

APARTAMENTO

Praia das Pitangueiras, no Guarujá. Fica à beira-mar, com vistas para a Praia das Pitangueiras (frente do prédio), e para a Praia das Astúrias, ao fundo. O apto. tem três quartos, TV a cabo, três WCs, ampla sala e sala de jantar, três vagas demarcadas para autos, sauna, quadra de tênis e poliesportiva, churrasqueira, playground e sala de jogos. Preço a combinar (facilitado!). Excelente oportunidade!!! Tratar COM Wagner Guimarães no cel. 7207-9955.

VENDE-SE

MÁQUINA FOTOGRÁFICA

Pentax Espio80V, com zoom de 38 a 80mm, flash embutido, datador, corretor de olhos vermelhos, em bom estado de conservação. R\$ 350,00. Tratar com Dorealice tel. 3338-1775 ou e-mail ddasilva@jfsp.gov.br

APARTAMENTO

Vendo apartamento, 2 dorms, sala 2 ambientes com varanda, cozinha, área de serviço, garagem, 11º andar, linda vista, edifício com piscina, sl. festa, etc., no Jabaquara. Valor total R\$ 76.000,00, a combinar. Tratar com Luís, fone (11) 5183.6068 na parte da manhã, até às 10h, ou email lmrosa@jfsp.gov.br. Luís Antônio Marques Rosa, JF/Núcleo de Informática, São Paulo,SP.

APARTAMENTO

Vendo ou troco apartamento quitado, com escritura, no conjunto José Bonifácio por casa térrea ou aptº até o 2º andar no mesmo conjunto. Maria Assunção Sales de Jesus. Contatos 2109-5928 Jef-Mogi.

TECLADO

Yamaha PSR-190 (5 oitavas), novo, com 100 estilos de acompanhamento, tela de cristal líquido e sistema amplificador. Acompanha suporte de apoio, banqueta e 2 livros de iniciação musical (Bona e Método Básico para Teclado). R\$ 500,00. Boa oportunidade para quem deseja aprender música. Tratar com Ricardo rnabarro@jfsp.gov.br Tel.: 8148-0568 / 3338-1775 / 3337-2068 res.

AUTOMÓVEL

Renault Clio 1.0 Privilège, 5 portas, gasolina, ano/modelo 2003, air-bag duplo, barras de segurança nas portas, travas e vidros elétricos, rodas de liga leve, bancos impermeabilizados, vidros verdes, limpador e desembaçador traseiros. 19.000km(!), COMPLETASSO. Valor R\$ 30.000,00. Com Wagner Guimarães. Tel. 7207-9955 (cel.)

AUTOMÓVEL

C orsa sedan - 1.8, 2003, modelo 2004, fiespower, 17.000 kms rodado, cinza metálico, único dono c/ direção, trava elétrica, vidro eletrônico, engate trazeiro, insulfilme e disqueteira p/ 12 cds. preço: r\$30.000,00. tratar c/ Fernando, Folha de Pagamento, fone: 2172-6335, 6334, 6333 e 6742-7805 (res).

AUTOMÓVEL

Fiesta Street, ano e modelo: 2005, com ar condicionado, insulfilme, trava e vidros elétricos, trava multilock, 5 portas, na cor vermelha, faço um bom preço e aceito acordo. Interessados favor ligar nos telefones: 85245597 com Marcos e 8526-6102 ou 2172-6344/6345 com Renata.

Expediente:
Publicação mensal da Seção de Divulgação Social da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado de São Paulo. Diretor do Foro: Paulo Sérgio Domingues. Diretor da Secretaria Administrativa: Eduardo Rabelo Custódio. Projeto Gráfico/Web: Eduardo Costa. Equipe: Christiane Amélia Martins Fonseca, Dorealice de Alcântara e Silva, Eduardo Costa, Elizabeth Branco Pedro, Giuseppe Campanini, Hélio Cesário Martins Jr, Ricardo Acedo Nabarro, Viviane Ponstnicoff de Almeida. Colaboração: Gerrinson Rodrigues de Andrade.

SUGESTÕES, CRÍTICAS, DÚVIDAS...

Escreva para :

jf-imprensa@jfsp.gov.br

ou ligue:

(11) 3338-1775

SUDS - Seção de Divulgação Social

22º Encontro Nacional dos Juizes Federais do Brasil



O prefeito de SP José Serra; o pres. AJUFE Jorge Antônio Maurique; vice-governador de SP Cláudio Lembo; e o ministro do STF Nelson Jobim

A Associação dos Juizes Federais do Brasil, AJUFE, comemorou seu 33º aniversário em São Paulo, com o 22º Encontro Nacional dos Juizes Federais do Brasil. Entre os dias 16 e 18 de novembro, cerca de 700 magistrados voltaram a se reunir na capital paulista, vinte e dois anos após o 1º Encontro Nacional, em 1983.

O evento discutiu a crise política que o Brasil atravessa, reafirmou o papel dos juizes republicanos e analisou a trajetória da AJUFE. Ao fim, foi elaborado um documento denominado "Carta de São Paulo".

O Encontro foi realizado no Hotel Grand Meliá WTC e contou com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, da presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargadora federal Diva Malerbi, do diretor do Foro da JF/SP, juiz federal Paulo Sérgio Domingues, do presidente da AJUFE, juiz federal Jorge Antônio Maurique, do secretário-geral da AJUFE, juiz federal Luciano Godoy, do governador do Estado de São Paulo em exercício, Cláudio Lembo, do prefeito de São Paulo, José Serra, procuradores, corregedores e militares. Em todos os temas a ética foi o foco das discussões: crise política, economia, ordenamento jurídico e relacionamento com a mídia.

O dia 16 foi marcado pelo discurso de várias autoridades. Luciano Godoy, que organizou o Encontro, lembrou a importância da entidade para a criação dos Juizados Especiais Federais. "Os JEFs saíram de uma proposta da AJUFE. Em 2001, esse novo modelo de prestação jurisdicional, mais rápido e acessível, se transformou em realidade. Hoje eles beneficiam milhões de pessoas, principalmente de baixa renda, em todo o país."

Jorge Antônio Maurique afirmou que é fundamental discutir a ética neste momento de grave crise das instituições, pois há denúncias que envolvem o Executivo, parlamentares, pessoas e empresas. Ele propôs uma redefinição da ética no Estado e ressaltou a importância das relações da imprensa com o Judiciário, resumindo o que seriam os debates do dia seguinte. "O jornalista não entende a nossa linguagem e nós nos recusamos a entender a linguagem do jornalista, além de trabalharmos com tempos diferentes. O jornalista precisa da informação urgente, porque as pautas estão fechando, porque ele precisa prestar a informação com a rapidez necessária e o Judiciário trabalha com outro tempo. Então, ambos precisam efetivamente estabelecer e ampliar esses laços para se reconhecerem e se entenderem".

Debate providencial

O evento foi também uma iniciativa para aproximar o Judiciário da imprensa. Para isto, foram providenciados os painéis que aconteceram no dia 17. O primeiro deles discutiu "A Ética, o Judiciário e a Imprensa" e contou com a participação do juiz federal Fernando Moreira Gonçalves, do JEF de Jundiá, Boris Casoy, apresentador do Jornal da Record, Eliane Catanhêde, colunista da Folha de São Paulo, Emerson Kapaz, presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. O diretor do Foro da JF/SP, Paulo Sérgio Domingues fez a mediação.

Num ambiente menos formal, sentados em poltronas e sem a presença de mesas, os convidados sentiram-se à vontade para discutir os temas propostos e até mesmo desviar deles quando necessário, gerando polêmicas, especialmente quando os jornalistas faziam críticas ao Judiciário e vice-versa. Os convidados faziam suas considerações e depois abria-se espaço para perguntas e réplicas.

A Justiça e a mídia foram lembrados como protagonistas de relações conflitantes ao longo dos tempos, especialmente à época da ditadura militar, quando a imprensa era reprimida. Hoje os diálogos evoluíram, como lembrou o Boris Casoy. Ele disse que uma das grandes associações entre imprensa e juizes é a luta no sentido de desburocratizar os trabalhos judiciais, de haverem menos recursos e códigos mais dinâmicos. "É uma luta que nós deveríamos nos dedicar com mais intensidade", afirmou Casoy.

Eliane Catanhêde foi mais contundente nas críticas do debate. Adotando um tom provocativo, disse que "nós todos temos a obrigação de discutir o nosso País", falou sobre o excesso de poder de alguns juizes e comparou-os com "deuses". Para fundamentar as críticas, citou exemplos, como o de um juiz de Maceió que impediu a fusão das empresas aéreas Varig e TAM "numa canetada só" e se disse perplexa a respeito dessa interferência do Judiciário em assuntos privados. Falou, ainda, que "se há um excesso de poder, deve-se ter um excesso de responsabilidade".

Um ponto que todos tocaram foi a questão da linguagem. Questionou-se o uso de termos jurídicos técnicos e da falta de compreensão pela mídia em geral. Eliane provocou, dizendo que o jornalista não é formado em direito e se um magistrado usar uma linguagem hermética, ele vai entender errado e vai transmitir errado. Sugeriu que haja uma adequação da linguagem jurídica à imprensa. "Os juizes não estão falando com um colega de profissão. Estão falando com alguém que vai transmitir uma mensagem para a sua vizinha, para a sua tia e para o padeiro. Então, o juiz tem a responsabilidade de se comunicar bem".

Neste ponto, Boris Casoy foi mais ameno e ressaltou a evolução das relações. "Eu acho que a questão da transparência da Justiça, embora não tenha alcançado aquilo que a gente quer, melhorou muito". Ele lembrou o "temor reverencial" que reinava nas redações, quando os jornalistas sequer citavam o Judiciário, a não ser que isso fosse requisitado. Disse que não atribui a melhora dessa situação aos jornais, e sim às explosões internas, dentro do Judiciário, e que prova disso são as associações, como a AJUFE, e as denúncias que começaram a aparecer. "Isso é um processo mais lento do que eu gostaria, mas é extremamente positivo", completou.



22º Encontro Nacional dos Juizes Federais do Brasil

Tempo da imprensa X tempo do Judiciário

Paulo Sérgio Domingues questionou outro fator delicado: o tempo da imprensa e o tempo do Judiciário. Disse que o tempo da imprensa é rápido, as notícias têm que sair logo, ao passo que as decisões judiciais são demoradas, pois requerem um estudo aprofundado. Lançou a questão: "será que uma compreensão maior e mais profunda das decisões judiciais interessa hoje para a imprensa? Existe espaço para isso ou, por essa velocidade diferente, o que interessa é uma explicação mais superficial, que por vezes pode levar a uma injustiça?"

Eliane Catanhêde respondeu que o tempo realmente é diferente. Contou que a imprensa trabalha com um horário muito rígido e que o jornalista está interessado no fato do dia. Então, liga para o juiz porque precisa entender rápido, porque tem que escrever rápido, o que é arriscado para o jornalista, para o juiz e para o leitor. Ressaltou, desta forma, a importância do diálogo com a imprensa e também que o jornalista aprenda a conversar com o juiz. Para ela, nos dois casos, tanto a Justiça tem amadurecido, na transparência, no acesso, quanto o jornalista também tem aprendido muito para conversar.

Fernando Moreira Gonçalves lembrou que o magistrado não fere a Lei Orgânica da Magistratura quando divulga uma decisão e enfatizou a importância do papel das Assessorias de Imprensa como mediadoras das partes. "Ninguém defende que o juiz vá à imprensa se manifestar ou adiantar qual vai ser a decisão que ele vai tomar num processo. Isso é obviamente proibido e ninguém aqui imagina que deva ser de outra forma. Agora, completamente diferente é: uma vez já proferida a decisão, que ela seja explicada à sociedade, sem auto-promoção. E uma forma de esclarecimento que me parece muito útil é a utilização das assessorias de imprensa".

"Jeitinho brasileiro"

Emerson Kapaz falou sobre a ética, a crise política e a situação das empresas brasileiras em meio à altíssima carga tributária vigente no País. Lembrou o "jeitinho brasileiro" de resolver problemas. "A ética é muito mais complicada do que se imagina, em especial no Brasil, onde nós temos o jeitinho brasileiro, que era uma característica positiva do brasileiro, unindo criatividade, flexibilidade e capacidade de adaptar-se a situações difíceis, mas ao longo dos anos foi se transformando em 'leis'." Kapaz arrancou risos da platéia comentando ironicamente a "evolução de algumas dessas leis". "A lei de Gerson, aprovada por nós como sociedade, de levar vantagem em tudo já amadureceu. O 'rouba, mas faz' é outra lei que a sociedade assimilou tranquilamente e o Maluf incorporou. E agora nós estamos evoluindo para uma nova lei. É a lei de Jefferson do 'rouba, mas fala' e todos nós achamos espetacular. E o que é pior, tem méritos impressionantes, porque, se não fosse o Jefferson (Roberto Jefferson, deputado federal cassado) nós não teríamos descoberto grande parte do que está aí".

O painel acabou com uma salva de palmas e com a sensação de missão cumprida - ao menos no campo das discussões. Foi uma forma diferente de debate, o que reafirma a evolução do Judiciário brasileiro na questão da abertura a diálogos.

Precedente vinculante nos EUA

No período da tarde do mesmo dia, os trabalhos reiniciaram com a presença do professor norte-americano Charles Cole, da Universidade de Samfor, que proferiu a palestra "A aplicação americana do precedente vinculante com comentário sobre a emenda 45 da Constituição do Brasil".

De caráter mais técnico do que a informalidade apresentada de manhã, o professor Cole apresentou slides em sua exposição, que teve o uso de tradução simultânea. Tratou do precedente vinculante nos Estados Unidos para oferecer base para a compreensão de como os sistemas estadual e federal daquele país usam o conceito. "A decisão de uma corte recursal é precedente dentro do sistema estadual para as questões estaduais; quando o caso começar numa corte federal distrital, a decisão da corte federal de recursos é precedente para este circuito. O precedente para o circuito no sistema federal está, contudo, sujeito a ser revogado por uma decisão contrária da Suprema Corte dos EUA, que estabelece precedente nacional".



Participaram do painel "A Ética, o Judiciário e a Imprensa" os juizes federais Paulo Sérgio Domingues e Fernando Moreira Gonçalves; os jornalistas Boris Casoy e Eliane Catanhêde; e o empresário Emerson Kapaz.

Em seguida, foi a vez do presidente nacional do PMDB, deputado federal Michel Temer, subir ao púlpito. Voltando ao assunto da crise política, Temer defendeu que é preciso depurar o sistema normativo brasileiro para que o País consiga sair da crise. Segundo ele, o fato da Constituição brasileira ser do tipo que busca estampar todas as normas, nos mínimos detalhes e sobre todos os assuntos, é um grande entrave para que se cumpram as leis na prática. "Além da dificuldade para se conhecer toda essa vastíssima legislação, tal sistema nos leva a conviver com eternas modificações e atualizações das leis em vigor. É uma falha que precisamos corrigir urgentemente".

Disse ainda que o Brasil precisa passar por uma revisão constitucional, mas não uma Constituinte - que é um ato político e de rompimento com a ordem atual. O que é necessário, defende, é uma reformulação normativa, que apenas se enxugue a Carta atual. "Vivemos uma crise política que, como toda crise, vai passar e ajudar o País a se tornar melhor. O que precisamos evitar, mesmo, é a crise constitucional e, para isso, a revisão da ordem jurídico-constitucional é imprescindível, a começar pelo fim dessas Medidas Provisórias insanas com que convivemos".

Após Temer, o filósofo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Marildo Menegat, falou sobre a crise sob outro ponto de vista. Ele propôs um questionamento sobre o que, de fato, a política governa na vida dos cidadãos brasileiros hoje. Considerou a crise atual por que passa o País mais profunda do que apenas uma crise política e contextualizada no Congresso Nacional. "Vivemos uma crise da própria sociedade brasileira", afirmou.

Lembrou que a globalização está impondo novas formas de concorrência, baseadas em novas e avançadas tecnologias e não há capital para desenvolvê-las. Em consequência, fecham-se setores inteiros da indústria, priorizando os altamente tecnológicos que, por isso mesmo, poupam empregos. "Essa é uma realidade conjuntural e não apenas estrutural, portanto, a solução para a crise tem que ser muito mais drástica do que o que exigiria uma crise política pontual limitada ao Congresso". "Carta de São Paulo"

No encerramento do Encontro, no dia 18, os magistrados elaboraram uma carta de conclusão. Nela, citaram a preocupação do Judiciário com a crise política no País, muito discutida no evento, colocando na ordem do dia o tema da ética como núcleo ordenador da redefinição democrática dos papéis do Estado e da construção de uma sociedade democrática, ressaltando que a Justiça Federal como Poder de

Estado deve participar ativamente deste processo de redefinição, dentro de seus contornos constitucionais. "É chegado o momento do lançamento de um grande pacto pela ética no trato das coisas públicas, compreendido como um intenso processo público de luta política pelo estabelecimento de padrões éticos aceitáveis nas práticas de gestão pública, representação popular e jurisdição. A AJUFE, coerentemente com sua trajetória na defesa da transparência e da democracia em todos os níveis do Estado, conclama a todos os agentes sociais, públicos e privados, aos três poderes da República, aos partidos políticos e à sociedade civil organizada, a somarem-se neste grande movimento público nacional pela ética nas práticas de Estado e pela ampliação das condições de vida da população de baixa renda, com trabalho, saúde e salário digno, condições indispensáveis para a manutenção e o desenvolvimento de nossa democracia" - concluiu a Carta.